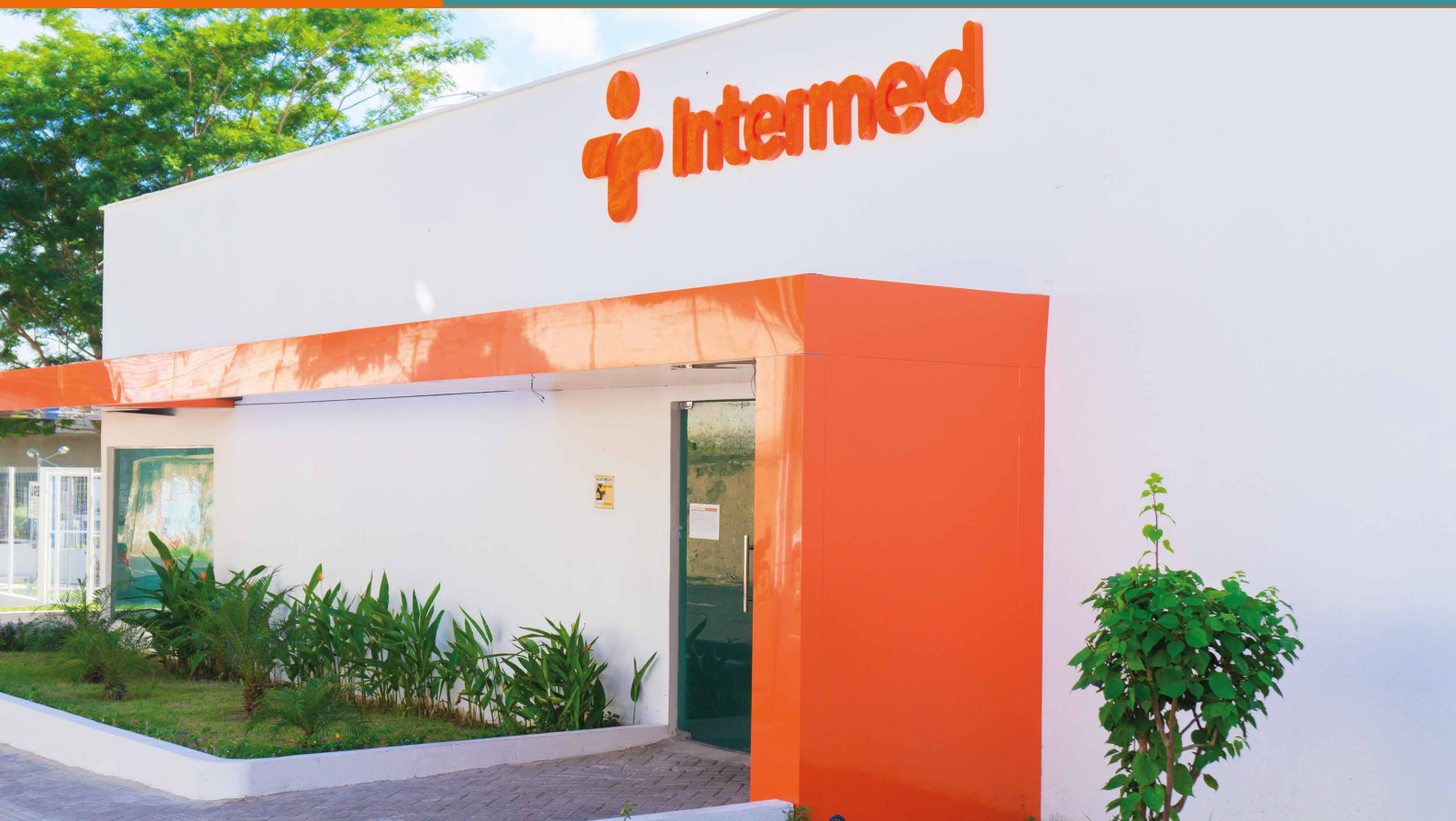




2021

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO





Relatório de **Administração**



Relatório de Administração

Em 2021, as organizações precisaram dar continuidade as inovações e reinvenções catalisadas pelo cenário pandêmico da Covid-19. Com a Intermed não foi diferente. Buscando readaptar e otimizar seus processos a uma nova realidade, a Intermed (Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda, ANS 41639-8) ofertou serviços de saúde a mais de 31 mil beneficiários, presentes nos estados do Piauí e Maranhão, atuando em 06 municípios.

Com foco no gerenciamento orientado às mudanças, a Intermed investiu em melhorias nos processos, sistemas, engajamento e profissionalização dos colaboradores e principalmente, na atuação cada vez mais orientada as necessidades dos beneficiários.

a) Política de destinação de lucros/superávits/sobras;

A INTERMED, empresa de capital social, foi fundada em 1995, sendo adquirida pelo grupo Unimed Teresina no ano de 2003. O seu Capital Social é de R\$ 1.062.821,64 (um milhão, sessenta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos), divididos em 1.062.821,64 (um milhão, sessenta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, em moeda corrente e legal do país, tendo sua distribuição em 99,56% para Unimed Teresina e 0,44% para a Federação Unimed Piauí.

A destinação de lucro é proporcional ao percentual de participação dos seus sócios. A distribuição será apurada anualmente conforme o saldo da conta lucros acumulados, e conforme deliberação societária, sendo levado em conta o saldo de caixa conjuntamente com o índice de margem se solvência exigida, então adiante é distribuído em moeda corrente aos seus quotistas, e em 2021 o valor distribuído foi de R\$ 10.168.424,48.

Negócios sociais e principais fatos internos e externos que tiveram influência na “performance” da sociedade no resultado do exercício;

Em 2021, com foco em melhorias processuais, a Intermed implantou um fluxo de gestão de processos e levantamento de oportunidades, com o objetivo de identificar etapas do serviço que requeriam melhorias e que deveriam ser padronizadas, de modo a fornecer ao beneficiário uma experiência assertiva, otimizada e com cada vez mais excelência no atendimento.

Orientada ao cliente, com ele no foco das ações e estratégias, a Intermed fortaleceu as ações de promoção e prevenção a saúde, com implantação de melhorias no processo de triagem na Clínica Intermed, que por meio da equipe de enfermagem, dá suporte ao médico generalista e a equipe multidisciplinar, na condução de um acompanhamento integrado, contínuo e principalmente, humanizado.

Evoluindo continuamente na melhoria dos processos não somente para o cliente externo, mas para o cliente interno, em 2021 foi implantado o cronograma de ações internas da Intermed, com estratégias de ações de endomarketing voltadas para propiciar um ambiente acolhedor, motivador e colaborativo, aumento a aderência e o engajamento dos colaboradores também nas mídias sociais.

Além disso, foi entregue o Intermed Experience, ação voltada para a reintegração da equipe de vendas, com atualização de informação dos processos e tira-dúvidas, além da apresentação de resultados e visita as dependências internas.

Como resultado dessas e de muitas estratégias e ações que evoluíram ao longo da gestão, em 2021 a Intermed obteve a certificação GPTW (Great Place to Work), alcançando o 1º lugar na categoria de pequenas empresas no ranking estadual e 25º no nacional entre as melhores empresas para se trabalhar no Piauí e no Brasil, respectivamente. Fruto do resultado de uma equipe de colaboradores que estava cada vez mais treinada, integrada aos processos, sendo acompanhada e ciente do importante papel na entrega de resultados excelentes.

A operadora fechou o exercício social com receita operacional líquida de R\$ 94.12 milhões, eventos indenizáveis líquidos em R\$ 73.41 milhões e as outras despesas operacionais R\$ 2,62 milhões, com resultado líquido em R\$ 5,42 milhões.

b) Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto;

A Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda - Intermed é controlada pela Unimed Teresina Cooperativa de Trabalho Médico, tendo os seus resultados refletidos diretamente no patrimônio da sua controladora em razão do método da equivalência patrimonial. Desde do exercício social de 2020 que a OPS Intermed não possui mais participação no capital do Hospital Unimed, onde a sua participação de 2,99% das cotas foram adquiridas pela OPS Unimed Teresina.

c) Investimentos da Operadora;

A INTERMED manteve a marca aquecida de forma estratégica investindo em ações de saúde interna. Lançamos o programa “interativa”, que visa o bem estar dos colaboradores, além de torna-los promotores da marca em ações externas.

Considerando os desafios da perduração da pandemia ocasionada pelo novo corona vírus, se destaca o investimento reforçando nas medidas de segurança exigidas pelos órgãos reguladores de saúde como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e Ministério da Saúde (MS), mantendo as medidas de segurança rígidas quanto ao uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e distanciamento físico.

Fechamos o ano com imobilização líquida de R\$ 10,79 milhões. Sendo que as aquisições de bens corpóreos no corrente ano foram na casa dos R\$ 62 mil. No ano também realizamos mudança na tratativa contábil dos nossos contratos de licenças de softwares, reconhecendo-os no ativo intangível, pois até então os mesmos estavam sendo considerados totalmente como despesa nas suas respectivas competências. Com a mudança registramos R\$ 594,19 mil como bens incorpóreos no patrimônio da entidade.

d) Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s);

O Planejamento Estratégico da Intermed para 2022 tem como foco principal a redução e controle de sinistro seguindo seu propósito de cuidar da vida sempre com excelência e carinho. Sua missão foi adaptada de acordo com a nova premissa e cenário austero, de proteger a saúde com o máximo de cuidado e atenção a um preço acessível, projetando o cuidado de um plano de saúde a todas as esferas sociais.

Reestruturação de produtos afim de compatibilizar os produtos a seus tickets e serviços disponíveis, tendo assim um novo portfólio otimizando o modelo de venda e buscando a captação de novos clientes, e assim, crescer de forma saudável a carteira de vidas.

Foi também incorporado à identidade organizacional da empresa as chaves de excelência, enriquecendo e norteando toda a administração interna.

Teresina –PI, 04 de fevereiro de 2022.

Emmanuel Augusto de Carvalho Fontes
Presidente – Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda
CPF 287.134.433-72



Demonstrações Financeiras



ATIVO

PASSIVO

DRE

DRA

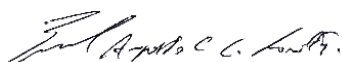
DMPL

DFC

Balanco Patrimonial - ATIVO

		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE		50.677.197,77	53.410.345,15
Disponível	Nota 6	857.045,50	625.186,24
Realizável		49.820.152,27	52.785.158,91
Aplicações Financeiras	Nota 7	47.460.573,20	50.677.598,52
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		19.219.505,94	16.440.794,14
Aplicações Livres		28.241.067,26	34.236.804,38
Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde	Nota 8	1.000.716,26	1.572.236,43
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		974.233,51	1.466.820,71
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		-	11,93
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		26.482,75	105.403,79
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	Nota 9	22.968,00	16.728,00
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 10	1.324.221,24	461.454,20
Bens e Títulos a Receber	Nota 11	11.673,57	57.141,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.463.801,02	10.904.361,10
Realizável a Longo Prazo		40.763,37	44.774,59
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 12	40.763,37	44.774,59
Investimentos	Nota 13	62.281,56	59.736,92
Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		-	-
Participações Societárias - Rede Hospitalar		-	-
Participações Societárias pelo método de Custo		62.281,56	59.736,92
Imobilizado	Nota 14	10.793.132,60	10.799.849,59
Imóveis de Uso Próprio		10.000.000,00	10.000.000,00
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		10.000.000,00	10.000.000,00
Imobilizado de Uso Próprio		311.769,96	319.680,83
Não Hospitalares / Odontológicos		311.769,96	319.680,83
Outras Imobilizações		481.362,64	480.168,76
Intangível	Nota 15	567.623,49	-
TOTAL DO ATIVO		62.140.998,79	64.314.706,25

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Emmanuel Augusto de Carvalho Fontes
Presidente
CPF 287.134.433-72



Josias Fernandes
Contador – CRC
CRC-RS/PI 052209/0

ATIVO

PASSIVO

DRE

DRA

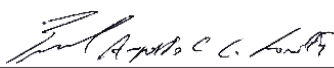
DMPL

DFC

Balanco Patrimonial - PASSIVO

		31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO CIRCULANTE		21.761.575,78	22.430.696,68
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	Nota 16	18.128.005,30	17.989.208,79
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		1.611.547,94	1.559.442,11
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		338.453,21	510.471,16
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	Nota 16 "iii")	7.618.079,49	8.323.202,92
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	Nota 16 "iv")	8.559.924,66	7.596.092,60
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	Nota 17	63.752,02	24.396,56
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		63.752,02	24.396,56
Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	Nota 18	70.328,20	157.356,64
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	Nota 19	3.069.526,11	4.068.843,26
Débitos Diversos	Nota 20	429.964,15	190.891,43
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.850.827,01	1.619.334,31
Provisões		1.850.827,01	1.619.334,31
Provisões para Ações Judiciais	Nota 21	1.850.827,01	1.619.334,31
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.528.596,00	40.264.675,26
Capital Social	Nota 22.1	1.062.821,64	1.062.821,64
Reservas	Nota 22.2	923.561,58	923.561,58
Reservas de Reavaliação	Nota 22.2	6.919,94	6.919,94
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		916.641,64	916.641,64
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		36.542.212,78	38.278.292,04
TOTAL DO PASSIVO		62.140.998,79	64.314.706,25

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.


Emmanuel Augusto de Carvalho Fontes
Presidente
CPF 287.134.433-72


Josias Fernandes
Contador – CRC
CRC-RS/PI 052209/O

ATIVO

PASSIVO

DRE

DRA

DMPL

DFC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

		31/12/2021	31/12/2020
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		91.550.985,98	85.479.854,78
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		94.124.798,36	89.365.795,24
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	Nota 24	94.124.798,36	89.365.795,24
(-) Tributos Diretos de Oper. com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(2.573.812,38)	(3.885.940,46)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(73.414.075,69)	(54.901.616,26)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	Nota 25	(72.450.243,63)	(53.877.146,00)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(963.832,06)	(1.024.470,26)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		18.136.910,29	30.578.238,52
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde		35,80	1.620,00
Receitas de Assist. à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		481.664,28	271.368,30
Receitas com Oper. de Assistência Médico-Hospitalar		481.664,28	271.368,30
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(22.399,06)	(12.693,95)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(2.629.055,49)	(2.719.026,42)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(1.281.821,78)	(1.026.160,22)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(637,47)	-
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde		44.789,04	2.409,90
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(1.391.385,28)	(1.695.276,10)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(1.584.267,05)	(886.384,09)
RESULTADO BRUTO		14.382.888,77	27.233.122,36
Despesas de Comercialização		(828.488,39)	(1.243.721,35)
Despesas Administrativas	Nota 27	(5.406.805,23)	(3.605.090,89)
Resultado Financeiro Líquido		684.104,19	837.092,59
Receitas Financeiras	Nota 29	1.020.165,93	1.377.537,85
Despesas Financeiras	Nota 29	(336.061,74)	(540.445,26)
Resultado Patrimonial		11.507,65	1.687,14
Receitas Patrimoniais		18.746,09	1.687,14
Despesas Patrimoniais		(7.238,44)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		8.843.206,99	23.223.089,85
Imposto de Renda	Nota 26	(2.508.299,45)	(6.217.855,59)
Contribuição Social	Nota 26	(911.627,80)	(2.247.068,01)
RESULTADO LÍQUIDO		5.423.279,74	14.758.166,25

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Emmanuel Augusto de Carvalho Fontes
Presidente
CPF 287.134.433-72

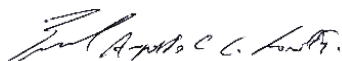
Josias Fernandes
Contador – CRC
CRC-RS/PI 052209/O

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
	Total	Total
Lucro Líquido do Exercício	5.423.279,74	14.758.166,25
Ajustes Positivos de Exercícios Anteriores	3.009.065,48	12.221,86
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	8.432.345,22	14.770.388,11

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Emmanuel Augusto de Carvalho Fontes
Presidente
CPF 287.134.433-72



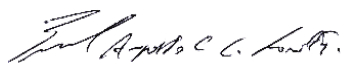
Josias Fernandes
Contador – CRC
CRC-RS/PI 052209/O

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

RESERVAS DE LUCROS

Descrição das Mutações	CAPITAL SOCIAL	FUNDO DE RESERVA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE REAValiação	Lucros / Prejuízos Acumulados	TOTAL
SALDO INICIAL EM 01.01.2020	1.062.821,64	50.195,35	866.446,29	6.919,94	24.367.800,35	26.354.183,57
Resultado do Exercício	-	-	-	-	14.758.166,25	14.758.166,25
Ajustes Positivos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	12.221,86	12.221,86
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	(859.896,42)	(859.896,42)
SALDO FINAL EM 31.12.2020	1.062.821,64	50.195,35	866.446,29	6.919,94	38.278.292,04	40.264.675,26
Resultado do Exercício	-	-	-	-	5.423.279,74	5.423.279,74
Ajustes Positivos de Exercícios Anteriores Nota 23	-	-	-	-	3.009.065,48	3.009.065,48
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	(10.168.424,48)	(10.168.424,48)
SALDO FINAL EM 31.12.2021	1.062.821,64	50.195,35	866.446,29	6.919,94	36.542.212,78	38.528.596,00

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Emmanuel Augusto de Carvalho Fontes
Presidente
CPF 287.134.433-72



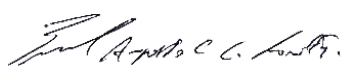
Josias Fernandes
Contador – CRC
CRC-RS/PI 052209/0

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

MÉTODO DIRETO

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	93.304.933,25	87.714.810,20
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	63.187.546,02	14.424.690,38
(+) Outros Recebimentos Operacionais	1.235.029,35	699.817,03
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(73.355.172,26)	(52.702.490,08)
(-) Pagamento de Comissões	(828.488,39)	(1.243.721,35)
(-) Pagamento de Pessoal	(1.315.548,69)	(1.215.852,84)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(1.353.046,79)	(364.997,52)
(-) Pagamento de Tributos	(8.374.825,45)	(10.094.362,97)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(15.427,99)	(8.111,25)
(-) Pagamento de Aluguel	(295.211,25)	(146.573,34)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(614.029,88)	(392.267,47)
(-) Aplicações financeiras	(59.620.703,65)	(32.465.770,20)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(913.641,24)	(3.571.082,99)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.041.413,03	634.087,60
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	-	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	16.175,93	1.687,14
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(62.746,33)	(611.711,44)
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(594.198,89)	-
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(360,00)	(1.074,84)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(641.129,29)	(611.099,14)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	(10.168.424,48)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(10.168.424,48)	-
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	231.859,26	22.988,46
CAIXA - Saldo Inicial	625.186,24	602.197,78
CAIXA - Saldo Final	857.045,50	625.186,24
Ativos Livres no Início do Período (*)	34.861.990,62	16.205.990,42
Ativos Livres no Final do Período (*)	29.098.112,76	34.861.990,62
Aumento / (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSO LIVRES	(5.763.877,86)	18.656.000,20

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).



Emmanuel Augusto de Carvalho Fontes
Presidente
CPF 287.134.433-72



Josias Fernandes
Contador – CRC
CRC-RS/PI 052209/0

DEMONSTRATIVO DA RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA LÍQUIDO OBTIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Líquido	5.423.279,74	14.758.166,25
Ajuste ao resultado -	-	-
(+) Depreciação	62.224,88	34.648,62
(+) Amortização	26.575,40	-
(+) Ajuste Exercícios Anteriores	3.009.065,48	12.221,86
(+) Resultado na baixa de imobilizado	7.238,44	-
(-) Aumento nos investimentos (Juros e dividendos recebidos)	(18.360,57)	(1.687,14)
Saldo Ajustado	8.510.023,37	14.803.349,59
Ajustes das Variações dos Saldos das Contas de Ativo e Passivo Operacional		
Ativo		
(-) Aumento (+) Redução das Aplicações financeiras	3.217.025,32	(18.984.494,75)
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações com Planos	571.520,17	44.291,06
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações Não Relacionados a Planos	(6.240,00)	(16.728,00)
(-) Aumento (+) Redução de Créditos Tributários e Previdenciários	(862.767,04)	758.435,43
(-) Aumento (+) Redução de Bens e títulos a receber	45.468,19	8.650,89
(-) Aumento (+) Redução de Outras Valores e Bens Longo Prazo	4.011,22	(3.556,80)
Passivo		
(+) Aumento ou (-) Redução das Provisões Técnicas	144.379,13	2.091.407,21
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações de Assistência a Saúde	39.355,46	4.339,72
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS	(87.028,44)	110.201,47
(+) Aumento (-) Redução das Provisões		
(+) Aumento (-) Redução dos Tributos e Contribuições a Recolher	(999.317,15)	1.554.983,41
(+) Aumento (-) Redução do Débitos Diversos	233.490,10	(5.289,86)
(+) Aumento (-) Redução das Ações Judiciais com efeito no resultado do exercício	231.492,70	268.498,23
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.041.413,03	634.087,60

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Emmanuel Augusto de Carvalho Fontes
Presidente
CPF 287.134.433-72



Josias Fernandes
Contador – CRC
CRC-RS/PI 052209/0



Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2021 e 2020.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O HOSPITAIS E CLÍNICAS DO PIAUÍ S/S LTDA - INTERMED é uma Sociedade Simples, Operadora de Planos de Saúde - OPS, tendo como objetivo disponibilizar ao mercado serviços médicos profissionais, assistência médica permanente a pessoas físicas e a grupos de pessoas pertencentes ao quadro de pessoas jurídicas legalmente constituídas no País – sejam elas de natureza pública ou privada – através de sua rede credenciada de atendimento.

A entidade é controlada pela Unimed Teresina Cooperativa de Trabalho Médico, tendo os seus resultados refletidos diretamente no patrimônio da Controladora em razão do método da equivalência patrimonial. Desde do exercício social de 2020 que a OPS Intermed não possui mais participação no capital do Hospital Unimed, onde a sua participação de 2,99% das cotas foram adquiridas pela OPS Unimed Teresina.

2 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Intermed atua na comercialização de planos de saúde, firmando contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Valor Determinado – Preço Pré-Estabelecido, a serem atendidos em sistema de livre escolha de profissionais e rede credenciada. Possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob número 41639-8.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância das Normas Brasileiras de Contabilidade, e obedecem ainda aos padrões da Agência Nacional de Saúde, conforme novo plano de contas estabelecido RN nº 435 de 23 de novembro de 2018, como também parcialmente os aspectos relacionados à lei 11.638/2007 e 11.941/2009.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN nº 435/2018, com a reconciliação do Lucro Líquido com o Caixa Líquido obtido das atividades operacionais, de acordo com a NBC TG 03 (R2) e CFC NBC TG 03(R3).

A data da autorização para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi em 04/02/2022, dada pela Diretoria Executiva da Controladora.

4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) REGIME DE ESCRITURAÇÃO

O Intermed adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, avaliação de instrumentos financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

C) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos líquidos de IRRF quando aplicável auferidos até 31 de dezembro de 2021, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas.

As aplicações financeiras não foram consideradas para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa como Equivalentes a Caixa.

D) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E CRÉDITOS DE OPER. ASSIST. À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos pois não possuem caráter de financiamento, sendo a contrapartida em: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares. A OPS constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo

I do ANEXO da RN nº 435/2018, considerando de difícil realização os créditos:

- Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada;

E) INVESTIMENTOS

O investimento em outra sociedade foi avaliado pelo custo de aquisição, trata-se da participação na instituição regulamentada denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Estado do Piauí – Sicredi Piauí.

F) ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96. As depreciações foram calculadas pelo método linear sendo que as taxas estão demonstradas em Nota Explicativa específica do Imobilizado.

A OPS contratou em exercício anterior empresa especializada para adotar os procedimentos requeridos pela Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, sobre adequação e revisão da vida útil dos ativos e das taxas de depreciação e amortização, sendo que para este exercício revisou a vida útil destes e manteve os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

G) ATIVO INTANGÍVEL

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos, bem como licenças para usos dos mesmos, os quais são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que compõem pelas taxas descritas em nota específica e de acordo com as premissas previstas no CPC nº 04 (R1) e CFC NBC TG 04 (R4).

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Intermed e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

H) AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável de acordo com as premissas CPC 01 (R1) e CFC NBC TG 01 (R4).

I) PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa RN nº 451/2020 (e alterações), com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 393/2015 e RN 435/2018 e suas alterações vigentes.

J) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de suas operações, conforme mencionado em nota explicativa específica de Imposto de Renda e Contribuição Social.

K) OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da OPS e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a OPS possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

L) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.

Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a entidade questionou a inconstitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

Na constituição das provisões, a Administração considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

M) APURAÇÃO DE RESULTADO E RECONHECIMENTO DE RECEITA

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

As Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco (ou vencimento da fatura quando for o caso, ou então na emissão da fatura), quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

N) RECONHECIMENTO DOS EVENTOS INDENIZÁVEIS

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores que não são cobrados/avisados na totalidade a Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

O) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a Intermed está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da OPS acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

P) NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

A operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Conselho Federal de Contabilidade, com exceção das normas e procedimentos não aprovados pela ANS em seu plano de contas padrão da RN 435/2018, das quais podemos destacar:

- NBCTG 03 (R3) – Demonstração do Fluxo de Caixa: consideração de todas as aplicações como fluxo de caixa operacional;
- NBCTG 06 (R3) – Arrendamentos: não aplicação desta norma revisada na versão (R3) que determinou mudanças na forma de contabilização dos Arrendamentos
- NBCTG 11 (R2) – Contratos de seguros: não aplicação desta norma;
- NBCTG 27 (R4) – Ativo Imobilizado e ITG 10 – Interpretação sobre aplicação inicial ao Ativo imobilizado e à propriedade para investimento: Não aplicação de avaliação a valor justo para esta classe de ativos;
- NBCTG 28 (R4) – propriedade para Investimento: Não aplicação de avaliação a valor justo para esta classe de ativos;
- NBCTG 32 – Tributos sobre lucro: Aplicação da norma levando-se em consideração aspectos específicos definidos na RN 435/2018;
- NBCTG 47 – Receita de Contrato de Cliente: Não aplicação desta norma e sim da NBCTG 30 – Receitas;
- NBCTG 48 – Instrumentos financeiros: Não aplicação desta norma e sim da NBCTG 38 – Instrumentos Financeiros;

- NBCTG 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria: não aplicação desta norma.

5 - NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, NORMAS E INTERPRETAÇÕES, NOVAS E REVISADAS, JÁ EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS.

O novo Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras, instituído pela RN 472 de setembro de 2021, entrará em vigor a partir de 01/01/2022, requer a adoção dos seguintes pronunciamentos já emitidos, mas ainda não adotados até a data de emissão das demonstrações financeiras da Operadora. A Intermed irá adotar os pronunciamentos a partir do exercício de 2022, sendo eles:

5.1 - CPC 06 R2 (IFRS 16)

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Com relação à natureza das despesas relacionadas com estes contratos, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com a junção do custo de depreciação dos ativos de direito de uso e da despesa de juros sobre os passivos de arrendamentos, passando a registrar em despesas financeiras. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

O impacto sobre as demonstrações financeiras para o exercício 2022 ainda é desconhecido pois a OPS até o momento não possui contratos de arrendamentos.

5.2 - CPC 47 (IFRS 15)

O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador.

A aplicação desta norma afetaria principalmente as operações de compartilhamento de risco, porém, não precisaremos realizar nenhuma modificação no que tange a contabilização de corresponsabilidade cedida, para atendimento ao novo plano de contas da ANS.

6 - DISPONÍVEL

a) Caixa e Bancos

Compõe a conta de Caixa e Depósitos Bancários os valores de R\$ 857.045,50 em 31/12/2021 e R\$ 625.186,24 em 31/12/2020.

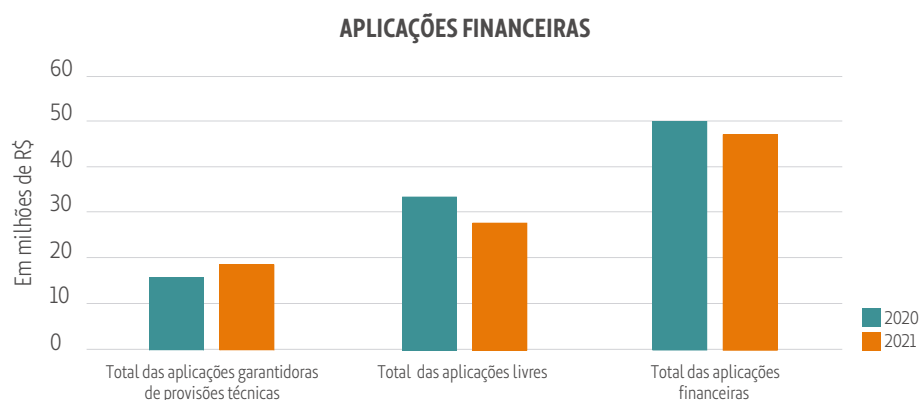
7 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O Intermed dividiu o valor de suas aplicações financeiras entre as principais instituições financeiras do mercado:

Aplicações Financeiras	2021	%	2020
Itaú - Renda Fixa FI (*)	4.357.301,87	9,18%	4.206.691,71
Itaú - Institucional Saúde RF (*)	3.441.828,67	7,25%	3.324.414,93
Itaú - Saúde RF Cred. Privado (*)	5.189.731,98	10,93%	4.939.867,00
Santander - ANS II (*)	6.230.643,42	13,13%	3.969.820,50
Total Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	19.219.505,94	40,50%	16.440.794,14
Unicred - RDC Master	604.960,42	1,27%	6.336.092,64
Itaú - Trust RF DI	1.769.118,04	3,73%	0,00
Itaú - Int. Aplicação Premi	0,00	0,00%	6.949.393,28
Santander - Institucional RF DI	0,00	0,00%	7.329.436,88
ITAU - KINEA ARKHE	0,00	0,00%	2.002.420,06
Itaú Mix Crédito Privado	0,00	0,00%	6.798.113,46
Sicredi FI Institucional RF IRF-M LP	0,00	0,00%	559.133,84
ITAU GLOBAL DINAM RF	0,00	0,00%	1.001.512,52
ITAU RF IMA-B ATIVO	0,00	0,00%	757.696,75
SANTANDER FI MASTER RF CRED PRIV LP	0,00	0,00%	1.000.765,92
SANTANDER ATIVO RENDA FIXA	0,00	0,00%	1.502.239,03
SICREDI RDC EXCLUSIVO	294.397,12	0,62%	0,00
ITAU - KINEA ARKHE	2.064.431,66	4,35%	0,00
ITAU MIX CREDITO PRIVADO	2.442.481,08	5,15%	0,00
SANTANDER FI MASTER RF CRED PRIV LP	1.048.461,73	2,21%	0,00
SANTANDER ATIVO RENDA FIXA	1.105.084,21	2,33%	0,00
Banco BTG Pactual	18.912.133,00	39,85%	0,00
Total das Aplicações Livres	28.241.067,26	59,50%	34.236.804,38
Total das Aplicações Financeiras	47.460.573,20	100,00%	50.677.598,52

(*) – Aplicações financeiras vinculadas a ativos garantidores, cuja movimentação segue regras definidas pela ANS;

A seguir representamos, em gráfico, o resumo da evolução das aplicações financeiras com posição em 31/12/2021 em relação a 31/12/2020:



8 – CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE

A composição dos “Créditos de Operações de Assistência à Saúde” está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Créditos de Operações com Assistência à Saúde	2021	2020
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	3.139.179,28	9.527.862,99
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa-PPSC	(2.164.945,77)	(8.061.042,28)
Total de Contraprestação pecuniária	974.233,51	1.466.820,71
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados (b)	545,09	1.078,64
(-) Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados PPSC	(545,09)	(1.066,71)
Outros Créditos de Operações de Assistência Médico-Hospitalar (c)	27.457,89	105.403,79
(-) Outros Créditos de Operações de Assistência Médico-Hospitalar PPSC	(975,14)	0,00
Total dos créditos a receber	1.000.716,26	1.572.236,43

(a) O saldo da conta “Contraprestação pecuniária a receber” refere-se a valores a receber referente à créditos com planos de saúde da operadora. Em 2021 para atendimento ao item 10.2.3.4 da RN 435/18 realizamos o expurgo das faturas com contratos rescindidos, o que refletiu diretamente nos saldos das contas de “Contraprestação pecuniária a receber” e “(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa-PPSC”.

(b) O saldo da conta “Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados” refere-se a valores a receber referente à créditos de coparticipação, que é o valor cobrado pela operadora ao beneficiário em razão da realização de um procedimento ou evento em saúde;

(c) O saldo da conta “Outros Créditos de Operações de Assistência Médico-Hospitalar” refere-se a valores cobrados originados pela suspensão de reajuste ANS, em conformidade ao comunicado nº 85, que tratou da suspensão da aplicação dos reajustes de planos de saúde por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária, no período de setembro a dezembro de 2020, bem como em conformidade ao comunicado nº 87 que trata a forma de recomposição dos efeitos da suspensão dos reajustes de planos de saúde por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária, para manutenção do equilíbrio dos contratos de planos privados de assistência à saúde. O saldo restante tem previsão de cobrança em Janeiro e Fevereiro/2022.

A composição das contas “Contraprestações pecuniárias a receber” por idade de vencimento são:

Descrição	Contraprestação pecuniária	
	2021	2020
A Vencer:	2.201,66	231.402,98
Vencidas:	3.136.977,62	9.296.460,01
Até 30 dias	869.154,96	1.133.175,37
De 31 a 60 dias	249.081,78	341.986,62
De 61 a 90 dias	145.647,53	193.871,70
De 91 a 120 dias	1.873.093,35	150.890,86
Acima de 120 dias	0,00	7.476.535,46
Total	3.139.179,28	9.527.862,99

9 – CRÉDITOS A RECEBER DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

Referem-se a créditos com serviço de atendimento móvel de urgência e emergência em domicílio, oferecido pelo Sistema Unimed Teresina para os beneficiários dos planos de saúde Unimed e Intermed.

Contas a Receber de Prestação de Serviços Médico-Hospitalar	2021	2020
Contas a Receber - SOS Unimed Teresina	34.442,60	40.057,40
(-) PPSC SOS Unimed Teresina	(11.474,60)	(23.329,40)
Total dos créditos a receber	22.968,00	16.728,00

10 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

A composição dos créditos tributários e previdenciários em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	2021	2020
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	302.790,03	162.999,32
Imposto de Renda a Compensar/Restituir	752.121,10	115.281,12
Antecipações de Imposto de Renda	0,00	13.911,80
Contribuição Social Retido na Fonte	0,00	0,00
Contribuição Social a Compensar/Restituir	201.015,63	34.957,59
Antecipações da Contribuição Social	0,00	4.972,66
Créditos de PIS e COFINS	64.876,87	126.366,64
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.417,61	2.965,07
TOTAL CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	1.324.221,24	461.454,20

11 – BENS E TÍTULOS A RECEBER

A composição dos bens e títulos a receber está assim distribuída:

BENS E TÍTULOS A RECEBER	2021	2020
Almoxarifado	3.209,36	2.740,36
Adiantamentos a Funcionários	1.151,92	1.565,80
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	50.576,71
Outros Títulos a Receber	7.312,29	2.258,89
Total de Títulos e Créditos a receber	11.673,57	57.141,76

12 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a depósitos judiciais cíveis, cuja provisão para contingência encontra-se provisionada no passivo.

DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	2021	2020
Depósitos Judiciais – Cíveis	40.763,37	44.774,59
Total de Depósitos Judiciais e Fiscais	40.763,37	44.774,59

13 – INVESTIMENTOS

A Intermed possui a seguinte participação societária:

PARTICIPAÇÕES	2021	2020
Sicredi Piauí (i)	62.281,56	59.736,92
Total de Participações	62.281,56	59.736,92

(i) - Investimento avaliado pelo custo de aquisição;

14 - IMOBILIZADO

a) Quadro resumo

Contas Contábeis	Taxa de Depreciação Média	2021		2020	
		Custo Original	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Valor Contábil Líquido - Final
Terrenos	0%	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00
Equipamentos de Informática	20%	141.903,05	(69.683,57)	72.219,48	73.111,17
Máquinas e Equipamentos	6,67%	120.621,74	(54.007,29)	66.614,45	75.243,21
Instalações	10%	46.634,18	(17.347,38)	29.286,80	33.666,25
Móveis e Utensílios	6,67%	243.142,24	(99.493,01)	143.649,23	137.660,20
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4,00%	502.822,46	(21.459,82)	481.362,64	480.168,76
Total do Imobilizado		11.055.123,67	(261.991,07)	10.793.132,60	10.799.849,59

O imobilizado está avaliado pelo custo de aquisição.

Parte dos bens imóveis utilizados nas operações da operadora HOSPITAIS E CLÍNICAS DO PIAUÍ S/S LTDA – INTERMED, que é controlada da Unimed Teresina Cooperativa de Trabalho Médico, estão registrados no Ativo Imobilizado da controladora, e as despesas com a depreciação destes ativos são reconhecidas integralmente no resultado da controladora. Por política da administração das empresas, não há reconhecimento de receita na controladora, e consequente despesa na controlada, decorrente destas operações, conforme contrato de mútuo celebrado entre as partes durante o exercício. O valor da depreciação registrado na controladora no exercício de 2021 calculado sobre estes bens, e outros bens móveis de menor valor, foi de R\$ 1.939,34. Os valores poderiam ser diferentes se praticados com partes não relacionadas, entretanto os ativos envolvidos estão pelo seu valor justo e o efeito nas demonstrações contábeis pode ser mensurado através das divulgações.

O quadro abaixo especifica, por localização, o valor da depreciação registrado na controladora no exercício de 2021.

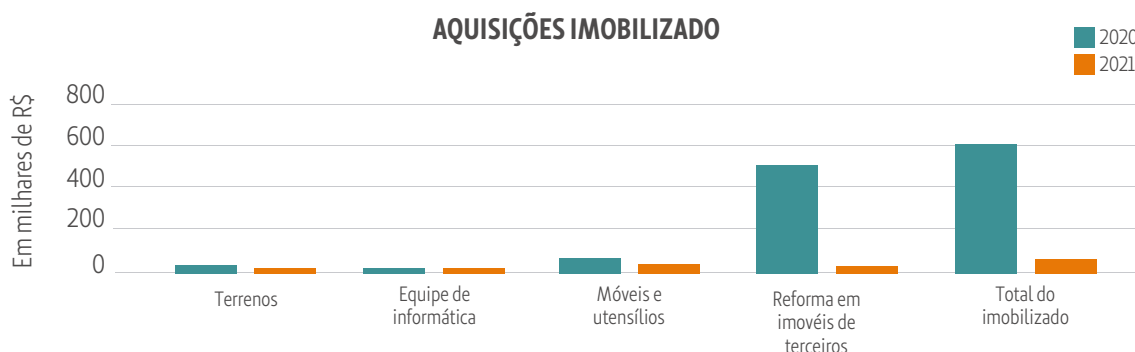
Código	Descrição	Depreciação 2021
72	SEDE - INTERMED/NÚCLEO DE ATENDIMENTO	1.939,34
TOTAL DEPRECIAÇÃO 2021		1.939,34

b) Quadro resumo de movimentações

CONTAS CONTÁBEIS	2020	2021				Valor Contábil Líquido
	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Terrenos	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000.000,00
Equipamentos de Informática	73.111,17	19.649,74	(762,18)	(19.779,25)	0,00	72.219,48
Máq. e Equipamentos	75.243,21	512,55	(2.145,85)	(6.995,46)	0,00	66.614,45
Instalações	33.666,25	0,00	0,00	(4.379,45)	0,00	29.286,80
Móveis e Utensílios	137.660,20	21.516,51	(4.330,41)	(11.197,07)	0,00	143.649,23
Reforma em Imóveis de Terceiros	480.168,76	21.067,53	0,00	(19.873,65)	0,00	481.362,64
Total do Imobilizado	10.799.849,59	62.746,33	(7.238,44)	(62.224,88)	0,00	10.793.132,60

Em 2021 as aquisições mais significativas de bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da empresa, foram na classe de equipamentos de informática, aos quais foram referentes aquisições de computadores e monitores, na classe de móveis e utensílios com a compra de móveis de escritório e na classe reforma em imóveis de terceiros com a realização da reforma do prédio da Intermed.

Segue comparativo das aquisições nos exercícios 2020 e 2021.



c) Recuperabilidade dos ativos

Conforme NBC TG 01 – Resolução CFC nº 1.292/10, a operadora efetuou uma análise da possibilidade de desvalorização do ativo imobilizado com uma estimativa dos seus valores recuperáveis, levando-se em consideração a metodologia do valor em uso.

Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

15 – INTANGÍVEL

a) Quadro resumo

Contas Contábeis	2021			2020	
	Taxa de Amortização Média	Custo Original	Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido	Valor Contábil Líquido - Final
Softwares - Matriz	10%	594.198,89	(26.575,40)	567.623,49	0,00
Total do Intangível		594.198,89	(26.575,40)	567.623,49	0,00

Em 2021 a operadora, considerando a NBC TG 04 (R4), realizou a reclassificação dos seus contratos de licenças de softwares, reconhecendo-os no seu ativo intangível, aonde até então os mesmos estavam sendo considerados diretamente no resultado, nas suas respectivas competências.

b) Quadro resumo de movimentações

CONTAS CONTÁBEIS	2020	2021				
	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências	Valor Contábil Líquido
Softwares - Matriz	0,00	594.198,89	0,00	(26.575,40)	0,00	567.623,49
Total do Intangível	0,00	594.198,89	0,00	(26.575,40)	0,00	567.623,49

c) Recuperabilidade dos ativos

Conforme NBC TG 01 – Resolução CFC nº 1.292/10, a operadora efetuou uma análise da possibilidade de desvalorização do ativo intangível com uma estimativa dos seus valores recuperáveis em conjunto com o ativo imobilizado, levando-se em consideração a metodologia do valor em uso.

Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

16 – PROVISÕES TÉCNICAS

Eventos a Liquidar	2021	2020
Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha - PPCNG (i)	1.611.547,94	1.559.442,11
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (ii)	338.453,21	510.471,16
Provisão de eventos a liquidar para Outros Prestadores (iii)	7.618.079,49	8.323.202,92
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)	8.559.924,66	7.596.092,60
Total de Provisões Técnicas	18.128.005,30	17.989.208,79
Curto prazo	18.128.005,30	17.989.208,79
Longo prazo	0,00	0,00
Total de Provisões Técnicas	18.128.005,30	17.989.208,79

I-Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

II-Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS

Refere-se ao valor cobrado pela ANS referente ao ressarcimento ao SUS, sendo o valor contabilizado pelo valor informado no site da ANS.

III -Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. A ANS através da RN 393/2015 e alterações vigentes, que determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Conforme a RN 227/10 e suas alterações posteriores, a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/15, sendo opcional a vinculação para eventos que tenham sido avisados nos últimos 30 dias no caso de Operadora de Grande Porte e 60 dias para Operadora de Médio e Pequeno Porte. A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

Quadro demonstrativo de valores:

Provisão de Eventos a Liquidar	2021	2020
Prestadores – Médicos	38.010,90	36.498,85
Prestadores – Hospitais	2.266.256,33	3.572.799,02
Prestadores – Clínicas	4.591.658,67	3.905.718,76
Prestadores – Laboratórios	555.016,18	600.303,42
Prestadores – Fornecedor de OPME	49.453,34	79.429,52
Prestadores – Fornecedores de Home Care	77.863,88	127.263,35
Prestadores – Fornecedores Busca de Rede	39.820,19	1.190,00
Total Provisão de Eventos a Liquidar	7.618.079,49	8.323.202,92

IV- Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

PEONA – Outros Prestadores: Regulamentada pela RN 393/15 da ANS, representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS utilizar 8,5% para as Operadoras de Médio e Pequeno porte das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 10% para as Operadoras de Médio e Pequeno porte dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior.

A Entidade efetuou até 31 de dezembro de 2021 o cálculo da provisão de eventos ocorridos e não avisados que representa o montante de R\$ 8.000.607,86 (em 2020 R\$ 7.596.092,60), apurado por metodologia regulamentada pela RN 393/15, sendo a provisão contábil em 100% do montante exigido.

A provisão constituída esta lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

PEONA – SUS: Também regulamentada pela RN nº 393/2015 e alterações vigentes, a Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS, é referente à estimativa do montante de eventos originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à OPS. A PEONA – SUS deverá ser constituída com base em metodologia atuarial consistente, utilizando base de dados da própria operadora. Caso a OPS não possua metodologia atuarial que atenda aos requisitos da presente RN, deverá observar, para cálculo da PEONA – SUS, fornecido pela Agência Nacional de Saúde. A PEONA – SUS deverá ser constituída de forma escalonada até Dezembro/2022.

Para a constituição da PEONA – SUS, a operadora passou a utilizar-se dos valores informados pelo site da ANS para fins de constituição e contabilização da referida provisão. Em 31 de dezembro de 2021 o valor da PEONA – SUS Integral é de R\$ 1.118.633,60 sendo que a OPS iniciou neste exercício a constituição gradual desta provisão que em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 559.316,80, representando 50% da provisão exigida para esta data, calculada pela metodologia da ANS e encontra-se vinculado através de fundos dedicados para esse fim.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pelas RN's ANS nº 451/2020, 392/2015, RN 227/2010 e suas alterações posteriores:

a) Patrimônio Mínimo Ajustado

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável “K”, obtido no ANEXO I da RN nº 451/2020, pelo capital base de R\$ R\$ 9.726.594,88 (R\$ R\$ 8.977.014,19 em 2020) reajustado pelo IPCA em junho de cada ano.

O Capital da OPS excede o valor do patrimônio líquido exigido pela Norma Técnica.

b) Margem de solvência

Regulamentada pelo art. 5 da RN 451/2020 da ANS corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social ajustado por efeitos econômicos, sendo regulamentado pelo patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses dos dois o maior. Os prazos permitidos para adequação da Margem de Solvência foram redefinidos em 22 de dezembro de 2012 pela RN no 313 resumindo-se da seguinte forma os limites mínimos de percentuais e os respectivos prazos:

- Em 31 de dezembro de 2012 - 35%;
- Entre janeiro de 2013 à novembro de 2014, 35% adicionado a proporção cumulativo mensal de 0,25%;
- Em 31 de dezembro de 2014 - 41%;
- Entre janeiro de 2015 à novembro de 2022, 41% adicionados a proporção cumulativa mensal de 0,615%;
- E em dezembro de 2022 - 100% da Margem de Solvência.

A RN 451, estabelece que, em 31/12/2021, a Operadora deverá ter 92,66% como parcela mínima do valor da Margem de Solvência, calculada nos termos do art. 5º da RN 451. Ela também estabelece as proporções cumulativas mínimas mensais que deverão ocorrer até 2022, onde a Operadora terá que observar o valor de 100% da Margem de Solvência. A Margem de Solvência total da operadora calculada para a data-base em 31/12/2021 é de R\$ 20.822.070,66 e a proporção exigida em 31/12/2021 é de 92,66 %, que representa um montante de R\$ 19.293.730,67.

A RN 451 também trouxe a opção de antecipação ao modelo de capital baseado em risco, com benefício do congelamento de margem de solvência em 75%. A Operadora fez a adesão a essa normativa, dessa forma 75% da Margem de Solvência em 31/12/2021 corresponde a R\$ 15.616.552,99.

A operadora possui um Patrimônio Líquido com os ajustes econômicos requeridos de R\$ 37.898.690,95 estando suficiente, inclusive, em relação ao total exigido pela ANS.

17- DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	2021	2020
Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente (a)	63.752,02	24.396,56
Total de Débitos de Operações de Assistência à Saúde	63.752,02	24.396,56

(a) Contraprestação Pecuniária recebida antes da decorrência do período de cobertura do risco;

18 - DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	2021	2020
Hospitais	42.700,00	21.049,98
Clínicas e Institutos	2.682,37	12.010,21
Total de Débitos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Assistência à Saúde	45.382,37	33.060,19
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	24.945,83	124.296,45
Total de Débitos de Operações de Assistência à Saúde	70.328,20	157.356,64

Refere-se a valores a pagar para rede credenciada, os quais não possuem vinculação direta com o custo do beneficiário.

19 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

a) Quadro resumo:

TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2021	2020
COFINS a Recolher	91.692,61	141.764,94
PIS a Recolher	14.890,07	23.026,82
Contribuições: PIS COFINS E CSSL - PCC	121.197,64	100.787,52
ISS a Recolher	127.233,00	132.900,28
ISS a Recolher - Outros Municípios	899.085,20	887.882,13
ISS Retido na Fonte	182.870,30	156.516,24
Saldo Negativo de ISS a Recuperar	5.213,83	5.213,83
IR Retido na Fonte	67.968,75	43.731,98
INSS a Recolher	33.762,32	33.196,27
FGTS a Recolher	9.092,71	7.876,13
IR a Recolher - IRPJ	2.816.383,22	8.564.577,51
(-) Antecipação de IRPJ	(1.862.477,20)	(6.737.274,10)
Contribuição Social a Recolher - CSSL	1.062.533,34	3.180.661,26
(-) Antecipação de CSSL	(643.919,68)	(2.472.017,55)
Multa Pecuniária ANS	144.000,00	0,00
Total de Tributos e Contribuições a Recolher	3.069.526,11	4.068.843,26
Curto Prazo	3.069.526,11	4.068.843,26
Longo Prazo	0,00	0,00
Total de Tributos e Contribuições a Recolher	3.069.526,11	4.068.843,26

(*) Desde de junho de 2017, devido a alteração na LC nº 157/2016 (recolhimento do ISS no município tomador do serviço), e devido os municípios interessados, até o momento, não terem alterados os seus códigos tributários a operadora realizou as provisões para ISS a Recolher - Outros Municípios com base na melhor estimativa, as quais veem sendo atualizadas juros e multas, no aguardo dos trâmites legais para efetuação dos recolhimentos.

20 - DÉBITOS DIVERSOS

Segue quadro resumo de saldos:

Débitos Diversos	2021	2020
Salários a Pagar	55.715,34	50.320,08
Prov. P/Férias a Pagar	86.752,41	77.956,20
Prov. Encargos s/Férias a Pagar - INSS	23.249,67	22.853,50
Prov. Encargos s/Férias a Pagar - FGTS	6.877,27	6.149,95
Fornecedores de Bens	6.372,90	4.820,16
Fornecedores de Serviços	250.996,56	28.791,54
Total Curto Prazo	429.964,15	190.891,43
Fornecedores de Bens	0,00	0,00
Total Longo Prazo	0,00	0,00
Total Débitos Diversos	429.964,15	190.891,43

21 - PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Segue quadro resumo de saldos:

PROVISÕES	2021	2020
Provisão para Ações Tributárias (a)	1.776.812,41	1.541.762,91
Provisões para Ações Cíveis (b)	74.014,60	77.571,40
Total de provisões para Longo prazo	1.850.827,01	1.619.334,31

A seguir representamos quadro resumo de Movimentações das Provisões para Ações Judiciais:

PROVISÕES	2020	Adições		Baixas		2021
		Provisões	Despesa Provisões	Por Pagamento	Por reversão	
Provisão para Ações Tributárias (a)	1.541.762,91	400.483,17	46.170,38	(154.992,22)	(56.611,83)	1.776.812,41
Provisões para Ações Cíveis (b)	77.571,40	8.334,87	0,00	(11.891,67)	0,00	74.014,60
Total de provisões de Longo prazo	1.619.334,31	454.988,42	0,00	(157.977,24)	(65.518,48)	1.850.827,01

a) Provisão para Ações Tributárias

a1) IRPJ e CSLL

Em 2017 houve o contingenciamento para IRPJ e CSLL, oriundos de um lançamento de crédito tributário municipal (R\$ 2.262.973,40), referente a uma restituição de ISS gerado pela prefeitura municipal de Teresina a favor da operadora, sendo que a provisão constituída no exercício de 2017 atualizada na data de 31/12/2021 totaliza R\$ 1.338.776,96 (R\$ 1.304.037,31 em 2020).

a2) Ressarcimento ao SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. O Intermed em 2021 iniciou o provisionamento de juros sobre os valores de ABI's (aviso de beneficiários identificados) que estão em trâmites com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, totalizando R\$ 183.637,85 em 31/12/2021 (237.725,60 em 2020).

a3) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Operadora sofreu notificações pela Prefeitura Municipal de Teresina - PMT, referente a diferença de recolhimento do ISSQN cujos lançamentos conforme extrato de débitos da PMT totalizam R\$ 9.123.545,13 com as respectivas atualizações, correspondentes a 6 autos de infração. Estas notificações estão sendo contestadas administrativamente pela assessoria jurídica, por entender que não correspondem a realidade do débito, uma vez que envolvem aplicação de "índice de dedução" sem previsão legal, cobrança de valores já retidos, pedido de compensação de créditos, aplicação de multas em desacordo com a legislação municipal, a extinção débitos já quitados por pagamento e/ou compensações antes da emissão do auto de infração, estando estes processos com exigibilidade suspensa.

Na discussão do auto de infração nº 2018/00510, ao qual trata das apurações do ISSQN próprio para os períodos de 07/2017 à 05/2018, cujo valor atualizado é de R\$ 2.123.088,11, há compensações efetuadas pela operadora, bem como valores retidos, que não foram considerados pelo fisco municipal, sendo que, na análise deste, em relação aos valores cobrados versus valores devidos ao nosso entendimento, poderia resultar um valor residual de R\$ 254.397,60, para os quais de forma prudente foi constituída provisão (valor original).

b) Provisão para Ações Cíveis

A operadora constitui provisão para ações judiciais, classificada no Passivo Exigível a Longo Prazo, que corresponde ao total dos processos classificados como Provável Perda acrescida ainda dos demais processos em andamento para os quais foi efetuado depósito judicial, a seguir demonstrado:

Número de Ações	Tipo de Ação	Causar de Pedir	Valor Provisionado
4	Execução Fiscal (ANS)	Não envio das informações referente a TSS	74.014,70
Total			74.014,70

Já para as ações cíveis que envolvem a Intermed, e que são consideradas pela assessoria jurídica de possível perda estão resumidas no quadro a seguir:

Tipo da Ação	Causar de Pedir	Probabilidade de Perda	Número de Ações 2021	Valor Estimado 2021	Número de Ações 2020	Valor Estimado 2020
Ação Cível	Indenizações por Danos Morais/Materiais	Possível	25	151.200,00	14	61.000,00
Total			25	151.200,00	14	61.000,00

c) Desembolsos futuros das contingências

Não é possível informar com suficiente segurança o prazo para desembolso financeiro das contingências tributárias, trabalhistas ou fiscais.

22 - CAPITAL SOCIAL, RESERVAS

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está dividido em quotas entre a Unimed Teresina e a Unimed Piauí, conforme demonstrado abaixo:

Empresa	Participação (%)	R\$
Unimed Teresina	99,56%	1.058.145,22
Unimed Piauí	0,44%	4.676,42
Total do Capital Social	100,00%	1.062.821,64

RESERVAS

a) FUNDO DE RESERVA

Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da operadora, possuindo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 50.195,35 (R\$ 50.195,35 em 2020).

b) RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS

Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da operadora com contingências, possuindo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 866.446,29 (R\$ 886.446,29 em 2020).

c) RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Refere-se à reavaliação de ativos, possuindo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 6.919,94 (R\$ 6.919,94 em 2020).

23 - AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No curso do ano-calendário de 2021 a Operadora Intermed reconheceu na sua escrituração contábil ajustes de exercícios anteriores, decorrentes de fatos contábeis ocorridos nos exercícios de 2019 e 2020 e que não reconhecidos nas datas oportunas.

No corrente ano o lançamento de Ajuste de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 3.009.065,48 originou-se devido a revisão dos critérios de apuração para os tributos IRPJ e CSLL no que tange as adições e exclusões (LALUR e LACS) para a formação das suas bases de cálculo, principalmente a diferenças temporárias de constituição de Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC. A adequação da base de cálculo gerou diferença entre os valores devidos de IRPJ e CSLL versus recolhidos, suscitando assim a créditos tributários para a Operadora.

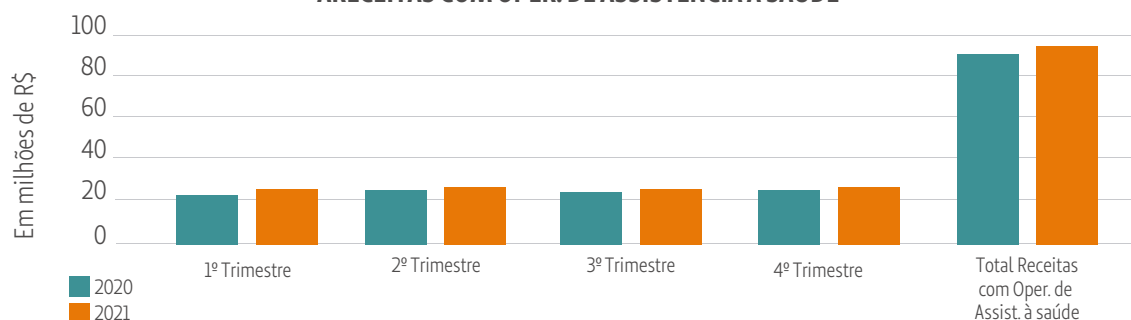
24 - RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIAS À SAÚDE

A receita de contraprestação/prêmio é reconhecida mensalmente, de acordo com o período de vigência decorrido do contrato. Para cada período de risco coberto pela operadora, realizamos o reconhecimento da receita.

A seguir representamos, de forma trimestral, a evolução das receitas com operações de assistência à saúde.

Receitas com Oper. de Assist. à Saúde	2021	2020
1º Trimestre	23.706.064,12	22.132.286,07
2º Trimestre	23.433.596,37	22.181.708,13
3º Trimestre	23.434.582,77	22.405.616,53
4º Trimestre	23.550.555,10	22.646.184,51
Total Receitas com Oper. de Assist. à Saúde	94.124.798,36	89.365.795,24

ARECEITAS COM OPER. DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE



25 - EVENTOS E SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

Eventos são todas as despesas incorridas com o beneficiário do plano comercializado ou disponibilizado pela operadora para cobertura de riscos que possam comprometer a saúde dos beneficiários.

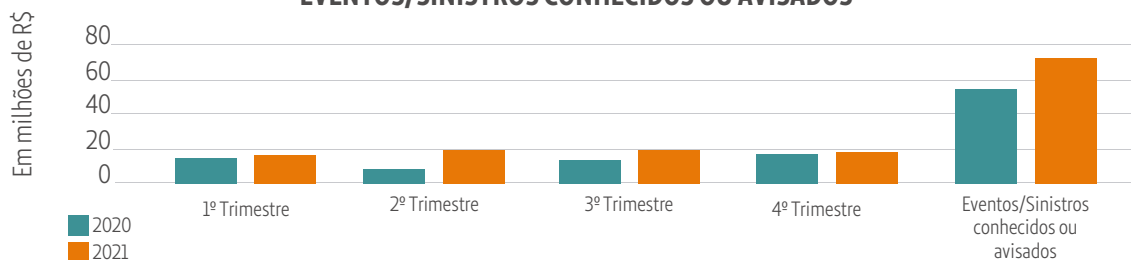
A despesa na contabilidade é registrada quando incorrida, independentemente do pagamento, esse momento é o que se denomina registro contábil pelo regime da competência.

No ano de 2020 os eventos indenizáveis tiveram redução pela não realização de procedimentos médico-hospitalares decorrente da pandemia da COVID-19, já no ano de 2021 os eventos indenizáveis tiveram um aumento substancial devido aos procedimentos médico-hospitalares decorrentes dos atendimentos às vítimas do vírus da COVID-19, bem como dos procedimentos que foram postergados do ano anterior para este.

A seguir representamos, de forma trimestral, a evolução dos eventos e sinistros conhecidos ou avisados da operadora:

Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	2021	2020
1º Trimestre	15.766.344,58	15.118.212,74
2º Trimestre	19.203.260,82	8.212.179,07
3º Trimestre	19.470.709,92	13.832.642,89
4º Trimestre	18.009.928,31	16.714.111,30
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	72.450.243,63	53.877.146,00

EVENTOS/SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS



26 - PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

PROVISÕES	2021	2020
(=) Lucro antes do IRPJ e CSLL	8.843.206,99	23.223.089,85
(+) Adições	1.833.237,03	2.312.003,84
(-) Exclusões	(547.246,23)	(567.671,32)
Base de Cálculo antes do prejuízo fiscal	10.129.197,78	24.967.422,37
(-) Compensação de prejuízos fiscais	0,00	0,00
Base de Cálculo depois da compensação do prejuízo fiscal	10.129.197,79	24.967.422,37
IRPJ – 15% +(10% o que for superior a R\$ 240.000,00)	2.508.299,45	6.217.855,59
CSLL – 9%	911.627,80	2.247.068,01

27 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2021	2020
Despesas com pessoal próprio (i)	1.648.983,74	1.515.348,61
Despesas com serviços de terceiros (ii)	1.656.741,62	421.173,93
Despesas com localização e funcionamento (iii)	901.208,32	1.123.616,43
Despesas com publicidade e propaganda	614.029,88	392.267,47
Despesas com tributos	570.905,98	131.823,79
Despesas administrativas diversas	14.935,69	20.860,66
Total	5.406.805,23	3.605.090,89

(i) Honorários dos conselhos administração, diretoria executiva, conselho fiscal, salários e benefícios para colaboradores e encargos sociais sobre folhas de pagamentos;

(ii) Serviços de terceiros, relativo a trabalhos advocatícios, auditorias, consultoria, entre outros;

(iii) Utilização e manutenção das instalações da Intermed, tais como: energia, água, segurança, alugueis, limpeza, manutenção, telefone e demais despesas de expediente;

28 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Outros benefícios de empregados: a operadora efetuou despesas de benefícios a empregados no exercício de 2021, conforme quadro abaixo:

BENEFÍCIOS	2021	2020
Programa de Alimentação ao Trabalhador	217.169,78	219.382,07
Plano de Saúde dos Colaboradores	2.161,90	4.704,05
Uniformes	0,00	3.011,00
Total	219.331,68	227.097,12

29 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2021	2020
Receitas Financeiras	1.020.165,93	1.377.537,85
Receitas com aplicações financeiras	339.645,89	1.300.695,25
Receitas por recebimento em atrasos	383.540,76	8.000,86
Receitas financeiras diversas	296.979,28	68.841,74
Despesas Financeiras	336.061,74	540.445,26
Descontos concedidos	32.978,53	12.324,67
Despesas por pagamento em atraso	152.643,78	114.396,62
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	1.675,87	274.366,24
Despesas financeiras diversas	148.763,56	139.357,73
Resultado Financeiro Líquido	684.104,19	837.092,59

30 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A entidade realizou transações com partes relacionadas em condições equivalentes aquelas usualmente praticadas no mercado.

A Intermed manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

Empresa	Relação	2021	2020	2021	2020
		Passivo	Passivo	Receitas / (Custos)	Receitas / (Custos)
Unimed Teresina (Hospital) - (a)	Coligada	367.967,14	1.866.261,82	(21.996.319,48)	(16.825.555,50)
Unimed Teresina (Unihome) - (b)	Controladora	77.863,88	127.263,35	(595.943,81)	(798.986,13)

(a) O valor dos custos refere-se à prestação de serviços relacionados às atividades médicas prestadas pelo Hospital Unimed Teresina, e o valor do passivo refere-se ao saldo a pagar para a empresa controladora decorrente da prestação do serviço.

(b) O valor dos custos refere-se à prestação de serviços de home care prestadas pela Unimed Teresina (filial Unihome), e o valor do passivo refere-se ao saldo a pagar para a empresa controladora decorrente dessa prestação do serviço

UNIMED TERESINA – HOSPITAL

Transações com Partes Relacionadas	2021	2020
Despesa com Prestação de Serviços		
Valor Faturado pelo Hospital Unimed Teresina	21.996.319,48	16.825.555,50
(-) Impostos Retidos na Fonte	(610.523,92)	(448.778,71)
(=) Valor Líquido a Pagar	21.385.795,56	16.376.776,79
(-) Valores Pagos	(21.017.828,42)	(14.510.514,97)
(=) Valores a Pagar	367.967,14	1.866.261,82

UNIMED TERESINA – UNIHOME

Transações com Partes Relacionadas	2021	2020
Despesa com Prestação de Serviços		
Valor Faturado pela Unimed Teresina (Unihome)	595.943,81	798.986,13
(-) Impostos Retidos na Fonte	31.861,94	41.310,99
(=) Valor Líquido a Pagar	564.081,87	757.675,14
(-) Valores Pagos	(486.217,99)	(630.411,79)
(=) Valores a Pagar	77.863,88	127.263,35

31 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Avaliação de Instrumentos Financeiros

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência à Saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima a do balanço.

b) Fatores de risco

A Intermed apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b1) Risco de crédito;

Advém da possibilidade de a operadora não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a operadora adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a operadora dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b2) Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a entidade honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a OPS adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

b3) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a entidade estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer

impactos os seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a OPS adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC), aplicados em diversas instituições financeiras.

b4) Risco operacional;

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da operadora e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Intermed.

O objetivo da operadora é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da operadora para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

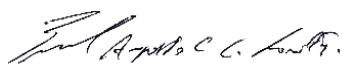
- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais.

b5) Risco da gestão da carteira de investimentos.

A operadora limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

32 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis (04/02/2022), que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.



Emmanuel Augusto de Carvalho Fontes
Presidente
CPF 287.134.433-72



Josias Fernandes
Contador – CRC
CRC-RS/PI 052209/0



Parecer de **Auditoria**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2021 e 2020.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria da operadora
HOSPITAIS E CLÍNICAS DO PIAUÍ S/S LTDA - INTERMED - Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da operadora **HOSPITAIS E CLÍNICAS DO PIAUÍ S/S LTDA - INTERMED (entidade)**, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da operadora **HOSPITAIS E CLÍNICAS DO PIAUÍ S/S LTDA - INTERMED** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21 “a3”) a operadora possui notificações por parte da Prefeitura Municipal de Teresina pela insuficiência de recolhimento de Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, relativos aos exercícios de 2017, 2018 e 2019, sendo que estas notificações estão sendo contestadas pelos assessores jurídicos, e cujos processos estão em andamento, para as quais foi constituída provisão parcial. Caso a entidade não logre êxito nas demandas administrativas e judiciais, poderá haver reflexo na sua situação patrimonial em exercícios futuros.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau – SC, 04 de fevereiro de 2022.



Prospecta Auditores Associados S/S
CRC – SC 4487/O-7 S-PI


Kátia Regina Fernes
Sócia Responsável Técnica
Contadora – CRC–SC 028.045/O-3 S-PI



Dr. Emmanuel Fontes
Diretor - Técnico - Médico
CRM - PI: 1912

ANS - 416398

Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda • CNPJ: 00.885.918/0001-65 • Registro na ANS: 41639-8
Rua Amapá, Ilhotas, 65 • CEP: 64001-140
Teresina-PI